

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA 450

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência da Prof^a. Dr^a. Cleuza Maria Sobral Dias, com a presença dos seguintes membros titulares: Alberto Carlos de Souza Campos, Ana do Carmo Goulart Gonçalves; Ana Furlong Antochevis, Artur Roberto de Oliveira Gibbon, Carla Teresinha do Amaral Rodrigues, Claudio Moss da Silva, Cleber Palma Silva, Cristiano Ruiz Engelke, Eduardo Pitrez de Aguiar Correa, Eleonora Frenkel Barretto, Eliane Misiak, Ernesto Luiz Gomes Alquati, Glauber Acunha Gonçalves, Guilherme Savi Farina, Ícaro Aronovich da Cunha, Ingrid Augusta Celmer Donald, João Sarkis Yunes, Joaquim Vaz, Márcio de Azevedo Figueiredo, Matheus Jatkoske Lazo, Paulo Henrique Beck, Rafael de Carvalho Missiunas, Ralf Kersanach, Raquel da Fontoura Nicolette, Stella Minasi de Oliveira, Tanira Mariza Coutinho Leal e Vitor da Silva dos Santos. O Secretário, a pedido da Senhora Presidenta, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: Cassiane de Freitas Paixão, suplente de Marcio Rodrigo Vale Caetano, representante dos servidores docentes; Gabriela Jardim da Silva, suplente de Fabiane Pianowski, representante do ILA; Alexandra Medeiros Souza de Freitas, suplente de Regina Maria Carvalho Gonçalves, representante da FaMed; Samantha Eslava Gonçalves Martins, suplente de Augusto Ferrari, representante do ICB (titulares afastados a serviço na Universidade). Justificaram ausência: Danilo Giroldo, Vice-Reitor (afastado em licença médica); Myriam de Las Mercedes Salas Mellado e Eliana Badiale Furlong, respectivamente titular e suplente da representação da EQA (afastados a serviço na Universidade); Eduardo Antunes Dias, representante dos servidores docentes (SLS) (afastado a serviço da Universidade); João Carlos Brahm Cousin, ex-reitor (por motivo de força maior); Marcelo Carvalho Seixas, suplente de Vinícius dos Santos Conejo, representante dos estudantes de graduação; (titular afastado por motivo de força maior). Justifica-se a ausência dos seguintes conselheiros lotados no campus de SAP: Carlos Roberto de Menezes Peixoto (SAP), suplente de Toni Jefferson Lopes, representante dos servidores docentes (titular afastado a serviço da Universidade); Patrícia Ignácio (SAP), suplente de Raquel Pereira Quadrado, representante do IE (titular afastado por motivo de força maior), em razão de uma interrupção no sinal da internet no campus Carreiros, antes mesmo de iniciar a reunião. Ausentes sem justificativa: Augusto Duarte Faria, representante do ICHI; Rhândrea Lucas da Silveira, representante dos estudantes de graduação. Participaram na condição de convidados, após a aprovação do plenário: Mozart Tavares Martins Filho (PROPLAD), Diego D'Ávila da Rosa (DIPLAN), Jackson Negalho Medeiros (AUDIN), Milton Lafourcade Asmus (REINTER) e Gionara Tauchen (DIPOSG). Ao iniciar a reunião, a Senhora Presidenta colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da Ata 449** - Tendo

em vista que a ata fora disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, a Senhora Presidenta perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a respeito dessa ata. Não havendo, a ata nº 449 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Homologação do AE 009/2018 – Alteração no Calendário de Reuniões do CONSUN** – A Indicação propõe a homologação do AE nº 009/2018, através do qual foi alterado o Calendário de Reuniões aprovado anteriormente pelo CONSUN, transferindo a reunião ordinária do mês de abril, do dia 06 para o dia 23 de março. A indicação foi lida pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a respeito desse item da pauta, a Indicação foi colocada em apreciação, sendo aprovada por unanimidade; **3º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Homologação do AE nº 005/2018 – Altera a Resolução nº 014/25017 do CONSUN, prorrogando até 10 de Outubro de 2018 o prazo para que os Conselheiros dos Campi de SAP, SVP, SLS apresentem ao CONSUN propostas para os seus Regimentos Internos** – A Indicação propõe a homologação do AE nº 005/2018, de 08/02/2018, que, considerando o memorando nº 003/2018 subscrito pelas direções dos campi de Santo Antonio da Patrulha, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul, através do qual solicitaram prorrogação do prazo até 10 de outubro do corrente ano, para que possam adequadamente desenvolver e aprovar propostas para os respectivos Regimentos Internos junto aos seus conselhos e à comunidade acadêmica, concedeu tal prorrogação com o objetivo de melhor atender o pleito destas Unidades Acadêmicas. A indicação foi lida pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta justificou a necessidade que os campi têm de prorrogar esse prazo para a conclusão das propostas dos respectivos regimentos e informou que os 3 já contam com suas direções eleitas e nomeadas, como também já possuem conselhos constituídos, o que qualifica as atividades desenvolvidas nestas Unidades. Na sequência, colocou o assunto em discussão. Não havendo mais manifestações a respeito desse item da pauta, a Indicação foi colocada em apreciação, sendo aprovada por unanimidade; **4º) Parecer nº 001/2018 da 2ª Câmara – Proc. 23116.000786/2018-09 – Relatório de Prestação de Contas do exercício de 2017 da FURG** – O processo foi relatado pela Cons. Carla Teresinha do Amaral Rodrigues que após análise dos documentos que compõem o processo, votou por aprovar o Relatório de Prestação de Contas do exercício de 2017 da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. O parecer foi lido pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta agradeceu à relatora Carla Rodrigues por mais uma vez colaborar com a relatoria desta matéria para o conselho e, na sequência, colocou o assunto em discussão. O Pró-Reitor Mozart fez um breve relato sobre o que ocorreu no ano de 2017, em termos quantitativos, sintetizando todo o relatório apresentado, destacando a necessidade de conclusão da relatoria e aprovação da matéria junto ao conselho a fim de cumprir o prazo de 30 de março para que seja inserido na página do TCU o referido relatório. Disse ainda que o relatório é uma peça muito extensa, que possui 315 páginas e que a equipe sempre tem pouco tempo para sua conclusão, já que depende das informações fornecidas pelas diversas Unidades da FURG. Garantiu que, tão logo ocorra a aprovação pelo conselho, ele estará disponível no site da FURG. Registrou ter sido um ano muito

difícil para a Universidade, mas que inúmeras ações foram tomadas para que as contas da Instituição não fossem comprometidas. Afirmou que o déficit registrado não corresponde a dívidas, com exceção do montante devido à CEEE, pois o restante compreende valores de alguns débitos registrados em dezembro do ano analisado, que acabam passando para o ano seguinte. Afirmou que atualmente a FURG não conta com dívidas mas, mesmo assim, a previsão é de que o ano de 2018 seja muito difícil também, já que o orçamento de 2017 foi 13% menor que o ano anterior e o atual orçamento se iguala ao de 2017. Informou que a FURG tem suas contas aprovadas junto ao TCU até o ano de 2015 e que sempre se está respondendo questionamentos à CGU. Por fim, agradeceu a colaboração de toda a equipe da DIPLAN pelo trabalho realizado. O Cons. Alquati registrou sua preocupação em relação ao que aparece no relatório a respeito da idade da frota de veículos estar entre 7 e 12 anos. O Pró-Reitor Mozart disse que, nos últimos 2 anos, a FURG deveria ter renovado parte da frota, mas que o governo proibiu este tipo de aquisição, além do fato de que alguns bens muito antigos acabam por puxar esta média de idade para baixo. O Diretor Diego disse que talvez a forma como ficou no texto do relatório não tenha contribuído para uma boa interpretação, mas que os veículos são relacionados por grupos. O Cons. Joaquim questionou sobre o fato de estarem registradas ressalvas a respeito do controle patrimonial, já que, em anos anteriores, isso sempre consta. A Senhora Presidenta explicou que várias providências estão sendo tomadas com relação a esta questão, como a formação de uma comissão que providenciará a baixa de alguns bens historicamente relacionados como não localizados, citando, como exemplo, as HDs de computadores. Disse que esta comissão fará uma nova revisão nos itens não localizados, como, por exemplo, os registrados junto ao HU, observando que é um local diferenciado para se realizar este tipo de ação. Relatou que a EBSERH está encarregada de realizar este levantamento, mas que tiveram problemas com a contratação deste tipo de serviço, e que, portanto, caso demore muito, a FURG colocará seu pessoal próprio para efetuar o novo levantamento. Citou que tem solicitado muito para que as Unidades Acadêmicas colaborem nesse sentido, afirmando que deve ser uma atividade coletiva, pois, por vezes, os bens encontram-se dentro de armários e móveis que um servidor específico é que tem acesso. Por fim, disse que este tema é um desafio sempre a ser enfrentado e que ainda, por algum tempo, deveremos responder aos questionamentos. O Pró-Reitor Mozart informou que atualmente a FURG conta com mais de 100 mil itens, sendo que, em muitos casos, o bem procurado encontra-se no interior da universidade, mas não é localizado facilmente. Afirmou que esta nova comissão, além da comissão anual já existente, fará um trabalho de busca aos bens não localizados. O Cons. Glauber argumentou que talvez a questão possa estar localizada na metodologia utilizada pela comissão anual para levantamento de bens patrimoniais, citando que recebeu uma listagem de 5 páginas com itens sob sua responsabilidade, explicando que, devido à existência de vários projetos em que tem participação, os bens acabam ficando em lugares diversos, inclusive fora da universidade. Citou como um absurdo a inclusão de um veículo automotor e uma embarcação, itens que são facilmente identificados, porém estão em locais diversos. Entende que é apenas uma questão operacional, citando que alguns itens que já tiveram suas localizações justificadas, ainda permanecem como não localizados na listagem. Informou também o fato de o C3 ter herdado situações que já existiam nas unidades das quais ele se originou,

quando da reforma ocorrida na estrutura da FURG. A Senhora Presidenta afirmou que algumas situações estão realmente sendo reavaliadas pela administração. O Auditor Jackson afirmou que as duas observações constantes no relatório dizem respeito a providências que devem ser cumpridas. Explicou que a comissão deve realmente verificar in loco a existência do bem, caso contrário, ele é dado como não localizado. Citou que, no relatório atual, já aparece a figura do agente patrimonial, o que já auxiliou em muito a localização de alguns bens, afirmando que nos locais onde não há o agente a tarefa não andou realmente. Neste momento, o Cons. Rafael Missiunas solicitou informações sobre o andamento das atividades da Comissão de Dimensionamento da Força de Trabalho dos servidores TAE. A senhora Presidenta afirmou que as atividades estão em ritmo normal, sendo que as informações atuais quem detém é a PROGEP. Frisou que o trabalho é muito importante para que a Instituição possa saber como seus servidores estão distribuídos nas diversas unidades, para que no futuro se possa dimensionar e solicitar novas vagas. Voltando ao tema deste item da pauta, a Senhora Presidenta agradeceu à PROPLAD e sua equipe, juntamente com a AUDIN, pelo trabalho realizado relativamente ao Relatório de Prestação de Contas de 2017. Disse que os prazos a cumprir nem sempre auxiliam no desenvolvimento do trabalho, além da existência dos períodos de férias acadêmicas e dos técnicos, os quais se concentram no período de verão. Parabenizou a Pró-Reitoria e o auditor Jackson pelo esforço empregado na tarefa. Disse ainda que os órgãos de controle são importantes para os gestores, mas que, por vezes, trazem especificidades que acabam dificultando as ações da administração. Finalizou agradecendo novamente à relatora Carla Rodrigues, a qual, nos últimos anos, tem relatado as prestações de contas da FURG. Não havendo mais manifestações a respeito desse item da pauta, o parecer foi colocado em apreciação, sendo aprovado por unanimidade;

5º) Parecer 002/2018 da 2ª Câmara – Proc. 23116.001328/2018-89 – Proposta de Política de Internacionalização da FURG – O processo foi relatado pelo Cons. Eduardo Pitrez, que após análise dos documentos que compõem o processo, votou por aprovar a Proposta de Política de Internacionalização da FURG. O parecer foi lido pelo autor, o qual explicou que na sua relatoria apenas propôs a adequação do texto original apresentado, incluindo a alteração do Regimento Geral da FURG e do Regimento Interno da Reitoria, tendo em vista que talvez tenha passado despercebido pela comissão que tratou do tema, que a Secretaria de relações Internacionais substituirá a atual Assessoria de Relações Internacionais, figura que consta nos dois documentos, evitando, desta forma, que novos processos sejam necessários para promover a referida adequação de nomenclatura. Após a leitura, a Senhora Presidenta lembrou que a assessoria em questão foi implantada em 2014, apesar de já estar prevista desde 2010. Disse que, primeiramente, foi ocupada pela professora Vanise e, posteriormente, pelo atual assessor, Prof. Miltom Asmus, para o qual passou a palavra. O assessor Miltom Asmus destacou que a implantação desta política na FURG acontece basicamente por 4 razões básicas: 1) para que sejam observadas políticas maiores e mais abrangentes, e para que venha a atender essas necessidades; 2) por se tratar de um instrumento que auxilia na visão da Universidade; 3) por assumir princípios que devem estar de acordo com o seu PDI; e, 4) estabelecer objetivos a respeito de forma como deve ser desenvolvida essa política de internacionalização. Disse

entender que a política só se consolida com a existência de um plano de ação, que caberá ao COEPEA examinar e aprovar um plano mais orgânico e dinâmico. Com isso, a FURG deve se qualificar, ser mais abrangente, abrindo a possibilidade de atender editais muito atraentes, como os da CAPES, por exemplo. Disse ser um aspecto pragmático e objetivo que vai ao encontro dos objetivos traçados. A Senhora Presidenta afirmou que, desde 2014, apesar de ser criada como assessoria, essa unidade já foi constituída como secretaria, atendendo não só a reitoria, e sim a Universidade como um todo. A Diretora Gionara propôs a supressão dos trechos “administrativos em educação” e “formalmente vinculados à FURG” junto ao texto do inciso VI do artigo 3º da proposta, justificando deixar mais abrangente o objetivo traçado para a política. Após algumas consultas aos proponentes e ao plenário, houve o consenso pela aprovação da referida adequação ao texto. O Cons. Sarkis elogiou o texto apresentado, citando que já esteve à frente desta função em momento anterior na FURG, mas que naquela época, se restringia a ação em avaliar os estudantes que retornavam ao País após período de estudos no exterior. Disse que, atualmente, a realidade é muito diferente com relação à interação internacional. Disse que os pesquisadores em sua área de atuação têm visto com bons olhos nos últimos anos as iniciativas da CAPES nesse sentido, porém relatou sobre um caso em que 5 estrangeiros participaram de um edital para virem para a FURG, sendo surpreendidos pela exigência do ministério para que apresentassem vários documentos com tradução juramentada e dentro de um determinado prazo, sendo que, tanto a PROGEP quanto a REINTER, foram consultadas a respeito da possibilidade de auxiliarem os estrangeiros nesse sentido, tendo o retorno de que ambas não poderiam se responsabilizar por esse tipo de atividade. Em razão disso sugeriu que esse tipo de ação fosse incorporada na proposta como responsabilidade da REINTER. O Cons. Alquati disse não ser contrário à preocupação levantada pelo Cons. Sarkis, concordando, inclusive, com a surpresa demonstrada pelo conselheiro, porém manifestou-se contrariamente à proposição, justificando que esse tipo de situação burocrática não deve constar como responsabilidade da REINTER. A Senhora Presidenta explicou aos presentes que têm ficado claro para os reitores das IFES em debates que teve a oportunidade de acompanhar, de que as instituições não podem realizar as traduções juramentadas e que isso deve permanecer sob a responsabilidade de quem vem para o Brasil. O Cons. Pitrez também compactuou com a observação do Cons. Alquati, dizendo não lhe parecer que isso deva ser realizado pelas instituições, tendo em vista que as universidades não possuem pessoal capacitado para tal. Entende que a REINTER, atuando como porta de chegada destes profissionais na Universidade, deve, sim, prestar todo tipo de ação de recepção incluindo aí a indicação de quem faça esse tipo de trabalho, mas nunca assumindo para si esta responsabilidade. O Assessor Milton Asmus disse que a posição da REINTER seria “sim e não”, “sim” porque concorda que é um problema para quem necessita dos serviços, e “não” porque demandaria um plano de ação mais específico sobre o tema. A Cons. Samantha disse não ter conseguido identificar como objetivo na proposta o incentivo aos técnicos e docentes no sentido da qualificação. O Assessor Milton Asmus afirmou que esse tipo de questão está contido no inciso III do Art. 3º da proposta, pois, no seu entender, com os objetivos traçados se consegue abarcar todos os ângulos da internacionalização. Disse que a preocupação da conselheira está atendida nesse item dos objetivos propostos. O Cons. Sarkis solicitou registro em ata de que não ficou satisfeito com as justificativas

apresentadas em relação à negativa de incluir na proposta a sua sugestão de que conste que a REINTER indicaria aos estrangeiros como obter traduções juramentadas ou os demais documentos solicitados, quando necessário. O Cons. Pitrez disse, com relação à preocupação da Cons. Samantha, que também no inciso VI do Art. 3º sua preocupação está atendida. Disse ainda que se esse tema for atribuído à REINTER, isso deve ser inserido na regulamentação que o COEPEA deve aprovar na sequência. O Assessor Milton Asmus concordou que estes aspectos levantados fiquem registrados para que, na oportunidade correta, sejam considerados na discussão sobre o regimento que será elaborado. A Senhora Presidenta disse entender que também as Unidades Acadêmicas podem auxiliar nessa indicação aos interessados de quem pode realizar traduções juramentadas na região. Afirmou que, nos fóruns de que participa em nível nacional, essa questão da tradução juramentada dos documentos tem sido muito questionada pelas instituições. A Cons. Samantha fez uma proposição de adequação ao texto do inciso VI do Art. 3º, suprimindo-se os trechos “administrativos em Educação” e “formalmente vinculados à FURG”, sendo aprovada a proposição por consenso dos presentes. A Senhora Presidenta parabenizou o Assessor Milton Asmus pelo trabalho desenvolvido à frente da Assessoria de Relações Internacionais da FURG, o qual tem oportunizado a elaboração do plano de internacionalização da Universidade. Informou que a atual unidade de assessoria atualmente conta com dois servidores técnicos, os quais já vêm se deslocando ao exterior e se qualificando, a fim de melhorar o atendimento nesta área. Não havendo mais manifestações a respeito desse item da pauta, o parecer foi colocado em apreciação, com as adequações de texto promovida pelo plenário, sendo aprovado por unanimidade; **6º) Parecer nº 001/2018 da 3ª Câmara – Proc. 23116.000833/2017-14 – Relatório de Atividades de Auditoria Interna– RAINT 2017 da FURG** – O processo foi relatado pelo Cons. Cristiano Engelke, que após análise dos documentos que compõem o processo, votou por aprovar o Relatório de Atividades de Auditoria Interna – RAINT 2017. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Auditor Interno Jackson Negalho destacou a integração com os campi, afirmando que o Plano de Auditoria Interna não é mais uma peça elaborada exclusivamente pelo auditor, mas, sim, parte das unidades que, em contato com a auditoria, elaboram o plano. Disse que são realizadas diversas reuniões com as unidades no sentido de elaborar o plano. Citou ainda que a intenção da AUDIN em 2018 é fazer um relatório mais reduzido, porém mais detalhado. Não havendo mais manifestações a respeito desse item da pauta, o parecer foi colocado em apreciação, sendo aprovado por unanimidade; **6º) Assuntos gerais** – A Senhora Presidenta disse inicialmente que a Universidade viveu na última semana várias situações delicadas que envolveram estudantes e que comoveram toda a comunidade, destacando o caso com um estudante da EE. Agradeceu pela rede de solidariedade que se formou e disse trazer o assunto ao CONSUN em razão de que algumas pessoas se colocaram a julgar os acontecimentos. Frisou que a Universidade tem trabalhado com muita responsabilidade esse tema, apesar de não ser propagandista destas ações, principalmente em razão de não ser taxada como oportunista. Informou que na semana anterior, haviam ocorrido mais um caso de tentativa de suicídio envolvendo estudante, e outro ocorrido com uma menina que teve um surto

psicótico. Afirmou que a PRAE, através dos profissionais da psicologia de sua equipe, vem trabalhando incansavelmente nessa área, inclusive aos finais de semana, quando necessário. Disse que em 2013 a PRAE foi reestruturada, passando de 8 servidores em sua equipe para os atuais 50 profissionais à disposição. Citou que, na época, o CAP – Centro de Atendimento Psicológico do ICHI também foi estruturado e que junto à PRAE, a qual presta o primeiro atendimento, fornece apoio nessa área. Disse que a dedicação dos servidores da PRAE tem sido muito grande, inclusive com acompanhamento aos familiares, quando necessário. Destacou que essas situações não têm ocorrido com os moradores das casas de estudantes, sendo a grande maioria dos casos acontecido com estudantes que, em tese, possuem uma condição sócioeconômica estável. Informou que a FURG está contratando agentes de saúde, a fim de reforçar os atendimentos, os quais acontecem inclusive aos finais de semana. Citou mais uma vez que os casos ocorridos não são de pessoas em situação de vulnerabilidade social e que não estão inseridos no grupo de estudantes já assistidos, assim não há como prever casos como estes acontecidos recentemente. Novamente citou que há uma programação elaborada nesse sentido, mas que não foi divulgada, para que a ação não seja interpretada como oportunista. Fez um relato de todas as ações que foram tomadas com relação ao caso que envolveu o estudante da EE, inclusive com a participação dos integrantes da vigilância própria da FURG durante o final de semana, e, após a constatação do fato, com atendimento aos familiares e colegas de turma do jovem. Disse que esse tipo de situação tem ocorrido infelizmente em várias instituições de ensino e que a responsabilidade deve ser compartilhada com toda a sociedade. Registrou que a mãe do estudante vitimado ligou mais de uma vez na data de ontem agradecendo por toda a acolhida dispensada pela Universidade. Entende que a FURG tem muito a melhorar, inclusive no aspecto pedagógico, com relação à atenção dispensada aos estudantes, porém lembrou que, em todos os casos recentes, foram identificados aspectos externos à Universidade. Destacou o atendimento prestado pelo professor Lucas Silva junto ao CAP, o qual vem trabalhando incansavelmente, e que gostaria de contar com mais psicólogos no atendimento, porém tem consciência de que não conseguiriam estar em todos os lugares ao mesmo tempo, lembrando que a FURG conta com treze mil estudantes atualmente. Mais uma vez, enalteceu o trabalho da PRAE nessa área, incluindo também o atendimento prestado pela PROGEP, tendo em vista que esses casos acontecem também com técnicos e docentes do quadro permanente da FURG. Chamou a atenção para o fato de que se deve ter muito cuidado com a forma como são divulgadas certas opiniões a respeito dos acontecimentos, frisando que a Universidade tem desempenhado ações com muita responsabilidade. Salientou o fato de que a equipe de servidores que se envolve nestes casos fica muito fragilizada e necessita também ser cuidada, lembrando que comentários oportunistas atingem nossos técnicos e docentes que trabalham, por vezes, além dos limites esperados. Por fim, disse que, como responsável pela administração da instituição, deve deixar registrado em ata o seu reconhecimento aos técnicos que atuam na PRAE e no CAP pelo cuidado e dedicação. O Cons. Ernesto disse que, apesar de ser professor da EE,

não conheceu o estudante Lucas, e entende ter ocorrido uma tragédia, porém não concorda com os questionamentos que acabam sendo divulgados, como por exemplo: “O que a FURG fez?”. Entende que essas situações têm outra análise a ser realizada, porque na sua concepção ninguém tem o direito de interferir na vida das pessoas, a não ser que seja solicitada ajuda. Verificou que, nesse caso, não houve quem não tenha feito algo a respeito. Acha que não temos o direito de fazer qualquer coisa a não ser que sejamos procurados para tal. Citou como exemplo, que em 2017 teve a oportunidade de acompanhar o caso de três estudantes, coincidentemente meninas, as quais deixaram de assistir suas aulas alegando estarem sofrendo de síndrome de pânico, para o que não teve como auxiliar já que não possui conhecimento para tal. Entende que a FURG está de parabéns pelo que pode fazer nesse trágico acontecimento, mas que, de forma alguma, pode ser responsabilizada pelo que ocorreu, já que a Universidade realiza muito nestes casos que são muitos. A Cons. Gabriela disse estar alarmada em razão da sequência de casos que têm acontecido envolvendo estudantes, citando a ocorrência de um estupro coletivo de uma estudante fora dos limites do campus e também de outra tentativa de suicídio nos últimos dias. Acha que o importante é que os casos sejam discutidos e que o ambiente universitário seja de integração, incluindo a presença dos professores. Entende que trata-se de uma questão social preocupante em que jovens impõem violência ou que sofrem violência e acha que devemos pensar modos de agir conjuntamente. A Senhora Presidenta disse que a o patrimônio da Universidade compreende também as pessoas que dela fazem parte e que, sim, a instituição encontra-se engajada através de ações esportivas e culturais que são desenvolvidas no seu interior. Acha que, independentemente do que aconteceu, devem ser trabalhadas atividades de humanização das ações que ocorrem dentro da Universidade. O Cons. Cristiano externou sua posição de que o que acontece, nada mais é do que o reflexo de uma sociedade que joga muita responsabilidade nas costas dos jovens, os quais, em certas situações, não têm estrutura suficiente para suportar as pressões, mas também entende que, se deve pensar ações, como, por exemplo, o fazer acadêmico, que, por vezes, pode ser muito cruel. Acha que devemos nos questionar “o que é possível fazer no dia a dia em nossas atividades acadêmicas” como docentes para não estimular e/ou reproduzir o que na sociedade acaba sendo cruel com os jovens. O Cons. Joaquim, também como professor da EE, disse que não se encontrava em Rio Grande na oportunidade dos fatos relatados e que, ao chegar à cidade, pôde sentir a comoção que tomou conta da direção da Escola. Fez um desabafo no sentido de registrar que os professores da EE são de uma área tecnológica e não aceita que sejam taxados como culpados pelo ocorrido. Disse que nunca tinha enfrentado uma situação como essa, que tem quase cinquenta anos de magistério e, mesmo assim, não se sente preparado para esse tipo de análise junto aos seus alunos, além do fato de que tem que preocupar-se em ministrar os conteúdos necessários às disciplinas. Relatou ter escutado de terceiros, na seção de hidroginástica, que frequenta por orientação médica, que os professores da Engenharia são uns “animais”, caracterizando como um absurdo esse tipo de declaração. A Senhora Presidenta, concordando com a manifestação do

conselheiro, disse entender que não há como ter o conhecimento técnico, mas o que cabe aos docentes é que, ao desconfiarem de uma situação como essa, encaminhem o caso ao setor competente. O Cons. Cleber, também preocupado com essa visão de que o docente deve ter um olhar mais completo sobre essas situações, se disse assustado com tais manifestações e também não se sente preparado para tal. Lembrou notícias do ano de 2017 sobre dois estudantes da pós-graduação que também atribuíram aos professores a responsabilidades por algumas situações de dificuldades enfrentadas por eles. O Cons. Rafael solicitou notícias de como andam as tratativas sobre o processo de flexibilização da jornada de trabalho dos técnicos. A Senhora Presidenta relatou que algumas unidades foram, em um primeiro momento, alcançadas pelo trabalho de dimensionamento da jornada, sendo que a PROGEP que está responsável pelo assunto está tendo um cuidado muito grande, não promovendo ações sem antes passar pela comissão existente e também pela análise da PF, pois é um momento em que existem várias demandas da CGU nesse sentido, provocando, inclusive, que em alguns casos os reitores tenham que rever suas decisões nessa área. Citou que o dimensionamento da jornada foi aplicado na PRAE e no NID, atividades que comprovadamente estão amparadas pela legislação. Lembrou que as universidades estão constantemente sendo monitoradas pelo TCU e que se deve ter o máximo de cuidado com as ações nesse sentido. Disse também que o MPOG está cobrando o ponto eletrônico das instituições e também que as universidades adotem formas de publicizar as atividades desenvolvidas pelos professores durante a jornada de trabalho. Disse que é possível inclusive que aconteçam retrocessos com relação ao que já se avançou, principalmente na área da saúde. O Pró-Reitor Mozart lembrou que o governo liberou para as universidades cerca de 60% do orçamento dos recursos de capital e que, no tocante a obras e estrutura física, apenas 40%. Porém, como os recursos de capital estão contingenciados em 60%, e que há a preocupação com muitas obras em andamento, decidiram que 1,5 milhões de reais seriam liberados para as instituições e que o restante ficaria sob controle do MEC, mas mesmo assim, é possível que se venha a realizar a interrupção em obras, o que nunca foi feito pela FURG. Explicou que algumas obras não foram interrompidas na FURG em razão de haver ainda empenhos de sobras a pagar de outros exercícios. Informou que existem 35 obras em andamento no momento e essa é a maior preocupação da administração. A Senhora Presidenta informou que na segunda-feira passada, em reunião da ANDIFES, realizada em Belo Horizonte, em apoio ao reitor local, o qual foi preso pela Polícia Federal sem motivação clara, os reitores das IFES discutiram essa questão do orçamento, afirmando que a ANDIFES tem atuado fortemente junto ao MEC. Falou na sequência sobre a necessária substituição do atual Ministro da Educação, em razão de que vai concorrer nas próximas eleições, sem que saiba ainda quem vai assumir a pasta. Disse que há preocupação dos reitores em função da situação delicada que se apresentará no futuro próximo, já que o MEC não conta atualmente com os recursos de capital necessários para a cobertura dos orçamentos das universidades. Teria que acontecer uma suplementação orçamentária que passaria pelo Congresso nacional e, mesmo assim, o governo teria que identificar a fonte de onde sairiam

estes recursos. Com relação ao orçamento da FURG informou que a proposta será levada à aprovação do COEPEA em abril próximo. Nada mais havendo a tratar, às 11h50min, a Senhora Presidenta encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e vai assinada pela Senhora Presidenta e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof^a. Dr^a. Cleuza Maria Sobral Dias
PRESIDENTA DO CONSUN

Adm. Jorge Augusto da Silveira Bastos
SECRETÁRIO